



UMA PEREGRINAÇÃO-DIPLOMÁTICA RUMO AO REINO DO PRESTE JOÃO: O INFANTE PORTUGUÊS NO LIBRO DEL INFANTE D. PEDRO DE PORTUGAL

Douglas Mota Xavier de Lima*

Resumo: O infante D. Pedro realizou uma viagem pela Cristandade (1425-1428), mas poucos e dispersos foram os vestígios deixados. No entanto, o *Libro del Infante D. Pedro de Portugal*, narrativa que mistura a viagem real com os mitos orientais – o Preste João das Índias, o reino das Amazonas, entre outros –, teve grande repercussão entre o século XVI e XIX, contribuindo para a formação da imagem do Infante como viajante das “Sete Partidas”. Nesta intrigante obra, temos algumas representações de D. Pedro: peregrino e cavaleiro andante, sendo a primeira a mais marcante. Como nobre, acreditamos que o Infante representa uma função específica dos grandes nobres do século XIV e XV, a diplomacia. No desenvolvimento da narrativa, D. Pedro apresenta um objetivo muito especial para sua viagem: a busca pelo reino de Preste João; e ao alcançar seu objetivo, entrega uma correspondência do rei de Castela e traz consigo uma carta do Preste dirigida aos reis ocidentais. Assim, eis as questões deste artigo, analisar a representação do Infante como peregrino-embaixador rumo ao reino do Preste João.

Palavras-chave: Viagens Medievais; Portugal; Infante D. Pedro.

Abstract: The Infant Prince Peter undertook a trip under Christianity (1425-1428), but little and scattered were the remains left. However, the *Libro del Infante D. Pedro de Portugal*, text which blend a real trip with mythological elements from Orient – Prester John from the Indies, the kingdom of the Amazons, and others – had a great repercussion between the XVI and XIX centuries, contributing for the shaping of the image of the traveller of the “Seven Matches”. In this intriguing book we have some representations of Prince Peter: peregrine and errant knight – the first one the more striking. As a noble, we believe that the Infant represent a specific function of the great nobles of the XIV and XV centuries: the diplomacy. In the development of the text, Prince Peter presents a very special objective to his trip: the search for the Prester John’s reign, and when he reaches his goal, he gives a correspondence to king of Castile and brings with him a letter of the Prester, addressed to the occidental kings. Thus, those are the questions that this paper aims to analyze, related to the representation of the Infant as a peregrine and ambassador toward the reign of the Prester John.

Keywords: Medieval trips; Portugal; Infant Prince Peter.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Profª Drª Vânia Leite Fróes. Bolsista CNPq e pesquisador do Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos. Contato: dougmotahistoria@yahoo.com.br.



Filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre, o infante D. Pedro realizou entre 1425 e 1428 uma importante viagem pela Cristandade. Saindo de Portugal, passou pela Inglaterra, Flandres, Império, Veneza, Pádua, Roma, Florença, Aragão e Castela, retornando após ter fortalecido e estabelecido alianças externas para a monarquia portuguesa. Os estudos acerca da ação política do Infante durante a viagem ainda são poucos, faltando obras de fôlego que discutam os aspectos conjecturais do deslocamento, rediscutindo, principalmente, a posição social de D. Pedro no momento de partida. Acreditamos que tal fato decorre, entre outros motivos, da dispersão das fontes sobre a viagem, sendo as mais conhecidas a *Carta de Bruges* e os documentos da *Monumenta Henriquina* (vol.III). A estes se somam as consequências da Batalha de Alfarrobeira para a construção da memória do Infante.

A partir das sugestões de Francis Rogers (ROGERS, 1961), temos desenvolvido há alguns anos pesquisa acerca *das viagens* de D. Pedro. Definimos tal deslocamento no plural para melhor circunscrever e caracterizar a viagem mítica, permeada de elementos do maravilhoso cristão, com produção posterior à morte do Infante, e que reflete uma política de recuperação de sua memória; e também a viagem político-diplomática, a qual constituiu um instrumento da política externa avizina na primeira metade do século XV (LIMA, 2009).

Descrita no *Libro del Infante D. Pedro de Portugal* (SANTISTEBAN, 1962), a história da viagem mítica ganhou popularidade e diversas reimpressões ao longo dos séculos seguintes. Acreditamos que entre outras representações, o Infante aparece na narrativa como um embaixador em busca do mítico rei cristão do oriente, para quiçá alcançar um dos grandes sonhos ocidentais, ou seja, o sonho da unidade entre os cristãos. Eis a hipótese que pretendemos desenvolver.

O LIBRO

O *Libro Del Infante don Pedro de Portugal* conheceu diversas impressões entre os séculos XVII e XIX, as quais favoreceram para que ao iniciar o século XX, a obra caísse em descrédito na historiografia positivista, seja pelas inúmeras modificações inseridas no texto original, seja por ser vista como uma fábula alheia à verdade



(CORREIA, 2000: 13). Um dos pioneiros no estudo sobre o *Libro* é Fernández Duro. Este, em 1903, estabeleceu uma lista com trinta edições da fonte, confirmando que desde meados do século XVI foi incessante a impressão do texto (DURO *apud* SÁNCHEZ-ÉLEZ, 2005: 67). Seguindo as indicações de Duro, surge Francis M. Rogers, quiçá o maior especialista sobre a viagem. Autor, especializado na história da expansão peninsular, lançou-se em pesquisas sobre a expedição de D. Pedro, e entre o final dos anos 50 e o início da década de 60, publicou em Portugal e nos Estados Unidos, um conjunto de trabalhos centrados no *Libro*. Sua principal obra é *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal* (1961) sem tradução para português, onde o mesmo analisa as viagens históricas do Infante pela Europa. Em *Lista das Edições do Libro del Infante Don Pedro de Portugal* (1959), impresso em Lisboa, Rogers elaborou uma listagem contendo as 113 publicações da fonte, sendo que 103 são consideradas genuínas. Posteriormente a lista elaborada, ampliou-se para 123 edições diferentes da fonte.

O mais antigo exemplar conhecido está guardado na Biblioteca Pública de Cleveland (Ohio/EUA), impresso na oficina sevilhana de Cromberger por volta de 1515, no qual faltam dois fólios iniciais. A mais remota edição portuguesa data de 1602, e foi impressa nas oficinas de Antonio Álvares, numa tradução do castelhano atribuível a Duarte Nunes de Leão. Assim, de acordo com a datação da fonte, Francis Rogers defende que o *Libro* foi escrito no século XVI, e o escritor na década de 1510 foi influenciado por um culto ao infante desenvolvido fora de Portugal em vários centros da Europa (ROGERS, 1962: IX).

Em qualquer caso, este autor, possivelmente andaluz, soube de D. Pedro e das duas viagens e estava tão familiarizado com o seu caráter cada vez mais estranho e com as aspirações secretas, que se decidiu elaborar uma notável narrativa, que misturava a memória da peregrinação com a lenda de Preste João (ROGERS, 1962: X).

Ainda segundo o autor, a fonte foi escrita numa conjuntura conturbada, no momento preciso, em que Portugal se preparava para penetrar diplomaticamente na Etiópia, refletindo um antigo sonho ocidental, o da aliança entre o Ocidente e as Índias



cristãs (ROGERS, 1962: XI). Contudo, outro norte-americano mudou as perspectivas de datação da fonte. Cerca de quinze anos após a publicação de *The Travels*, em um artigo publicado na Califórnia – *Evidence of a fifteenth-century Libro Del Infante Don Pedro de Portugal and its relationship to the Alexander cycle* (1976/77) – Harvey Sharrer mostrava que em um texto compilado entre 1471 e 1476 (*Las bienandanzas e fortunas*), havia uma longa interpolação da obra de Santisteban (SHARRER, 1976), descoberta que invalidava a construção das hipóteses formuladas por Rogers e inseria a fonte no século XV, abrindo à curiosidade dos leitores, novas pistas de pesquisa e de reflexão (CORREIA, 2000: 16).

As “pistas” oferecidas pelo autor norte-americano não produziram, nos demais historiadores portugueses da expansão peninsular, ou nos medievalistas especialistas dos relatos de viagens, um novo olhar sobre a fonte. Destaca-se, como um dos que estudou o tema, Francisco Faria (FARIA, 1964), o qual elaborou uma nova lista das edições conhecidas da fonte. O inventário de edições composto por Rogers recebeu com isso um importante acréscimo, que aumentou ainda mais a partir de novas pesquisas realizadas em fins do século XX, chegando atualmente à aproximadamente 160 impressões.

Margarida Sérvulo Correia debruçou-se sobre os elementos da narrativa e a datação do *Libro*, e com isso propôs um recuo ainda maior na datação da fonte. Partindo dos indícios levantados por Sharrer, a autora articulou o contexto político ibérico com as relações estabelecidas entre as linhagens em busca de legitimidade, chegando à figura do descendente de D. Pedro, seu filho o Condestável D. Pedro, e às conseqüências da batalha de Alfarrobeira. De acordo com Correia, após a batalha inicia-se a produção de um conjunto de textos que visavam ilibar a memória do infante D. Pedro das acusações lançadas no processo que levou ao conflito (CORREIA, 2000: 150). A autora percebe nessa iniciativa a existência de uma:

Estratégia política que, mediante formulações literárias diversificadas, visará, a partir de então e até a data da morte do condestável D. Pedro, filho primogênito do infante, a sua reabilitação política e a



legitimação memorial indispensável à honra dos seus descendentes
(CORREIA, 2000: 151).

A autora portuguesa consegue lançar sobre o filho primogênito do Infante o foco de sua proposta argumentativa. Para ela, a chave para alcançar-se a origem e os objetivos da produção da fonte está no condestável D. Pedro, o qual encomendou obras e custeou poetas e cronistas em Castela, visando à reabilitação da memória paterna e à construção de um patrimônio simbólico, legitimador dos seus interesses e aspirações (CORREIA, 2000: 159). Entre os cronistas que receberam a doação de dez mil *maravedis* encontrar-se-ia Juan de Mena e Martin de Ávila. Este era secretário de latim do rei João II e escudeiro do marquês de Santillana, e, segundo a autora, possível escritor da obra (CORREIA, 2000: 166).

Contudo, alguns pesquisadores hispânicos têm-se debruçado sobre a fonte e oferecem outras possibilidades de datação da mesma. Apresentar-se-á, brevemente, as propostas de Carmen Mejía Ruiz e Maria Sanchez-Élez. A primeira, uma das referências nos estudos do *Libro*, discorda da proposta de Sharrer argumentando que: a obra citada em que consta a citação ao *Libro (Las bienandanzas e fortunas)* é uma descrição do mundo com um discurso enciclopédico, e na primeira parte da mesma, encontra-se uma descrição da Carta de Preste João como elemento histórico; na perspectiva da autora este fato não é um dado significativo para supor a existência de um manuscrito do *Libro* nesse momento. Ruiz conclui em defesa da datação de acordo com a edição mais antiga (RUIZ, 1998: 220-221). María Sánchez-Élez parte das perspectivas de Ruiz, no entanto retoma a discussão sobre a fonte poder ser incluída no século XV, expondo propostas de outros autores que defendem tal teoria. Nestas, tem-se a que traz a produção da fonte por volta de 1462, quando ainda vivia o Condestável D. Pedro; “a reforzar esta teoría puede añadirse la mención a una edición en catalán del libro, o de parte del libro, que introduce variantes en lo que al contenido se refiere, de una probable edición de 1506, que se encontraba (hoy desaparecida) en la Biblioteca Colombina” (SÁNCHEZ-ÉLEZ, 2005: 76-77).

Carmen Ruiz ainda propõe uma questão que se relaciona com o sucesso da obra: por que o autor não relatou as viagens do infante D. Henrique, o Navegador,



personagem que passou para a história como protótipo de viajante incansável? Sua resposta remete aos argumentos defendidos por Rogers, para o qual o Infante alcançou muito mais prestígio e conhecimento na maioria das cortes européias que seu irmão. A autora argumenta ainda que a relação estabelecida entre D. Pedro e o Condestável Álvaro de Luna, vinculavam-no a corte de Castela, fazendo com que na primeira parte do relato, esta corte seja citada, e que no decorrer de sua viagem o Infante se apresente como “vassalo del rey de León de españa de poniente”.

Um relato de viagem mítica, que mescla uma viagem real com uma descrição imaginária dos mitos do Oriente, eis o *Libro del infante Don Pedro de Portugal*. Muitos ainda são as imprecisões sobre a narrativa: a autoria do texto; a definição da primeira língua em que foi escrito, português ou espanhol; a datação; a inserção da obra no gênero da literatura de viagens medievais; a difusão dentro e fora da Península como literatura de cordel; se existem outros exemplares que ainda não foram relacionados nos inventários publicados. Tais questões ultrapassam os objetivos deste trabalho, mas permitem notar as dificuldades no trato com a fonte.

Nosso objetivo é mais específico e, desta forma, propomos iniciar a análise da viagem de D. Pedro descrita por Santistéban, destacando dois eixos que permearão essa discussão: D. Pedro como viajante eleito, um embaixador, e os elementos que o ratificam como tal, isto é, a chegada ao reino do Preste João e ao Paraíso Terrestre.

UM VIAJANTE ELEITO

O reino de Preste João e o Paraíso Terrestre eram normalmente descritos como localizados no Oriente. Conforme argumenta Claude Kappler:

Em todos os casos, o paraíso é um lugar inacessível. (...) Essa segregação ora é devida às águas: o paraíso parece então uma ilha; ora à terra: (...) é cercado por altas montanhas povoadas por dragões, serpentes e outros animais que têm afinidade com o elemento fogo. O fogo é um elemento que frequentemente serve de barreira natural ao paraíso: este é cercado por altas muralhas de chamas. Finalmente, também é inacessível devido à sua posição especialmente elevada:



(...) é tão elevado que toca a esfera lunar e a água do dilúvio não chega até ele (KAPPLER, 1994: 35).

Exatamente rumo a tais lugares inacessíveis, porém muito reais para o mundo medieval, que D. Pedro parte. Por ser exatamente um humano eleito, eleição esta que irá se mostrar ao longo da narrativa, é que D. Pedro conseguirá alcançar o reino de Preste João e o Paraíso Terreal. Segundo Santistéban o Infante “era muy desseoso de ver [e]l mundo. [e] auiendo ya determinado de partirse para yr a ver las partidas del mundo” (SANTISTEBAN, 1962: 3). Após formar um séquito de doze companheiros, D. Pedro passa por Castela – onde recebe um faraute e doações do rei D. João II –, e chega à Veneza, onde se encontra com a rainha de Chipre. Nas palavras do autor:

e fuemos a hacer reuerencia ala reyna de chipre enla ciudad de Nicoxian que estaua muy triste por su marido que lo tenian preso los turcos. & dixo. Amigos de que generacion soys & que buscays por nuestra prouincia. El faraute garcirramirez dixo. Somos vassalos del rey de Leon de espana de poniente: por lo qual viene entre nosotros vn su pariente. & alli dixo la reyna. Plugiuese a nuestro señor que la prouincia del rey leon de espana estuuiesse cerca dela señoria del rey de chipre porque nos pudiessemos socorrer los vnos a los otros. Porque los enemigos dela [santa] fe fuessen menoscabados (SANTISTEBAN, 1962: 5-6).

A rainha apresenta-se triste e ansiosa para que se construam laços de cooperação entre os reinos cristãos contra os inimigos da fé. O Infante ao passar por Chipre tem contato com as negativas consequências da expansão árabe, e o relato triste da rainha parece comover o herói português que no passado tinha vencido os mouros na conquista de Ceuta. A mesma obstinação que levou D. Pedro a sair de Portugal parece confirmar-se nesse momento. O caminho de sua viagem estava traçado. Para derrotar o inimigo mouro, era fundamental unir as principais forças cristãs. Assim D. Pedro parte em direção ao longínquo reino de Preste João.

Seguindo em busca do reino mítico, D. Pedro se dirige para o grande centro de peregrinação da Cristandade, Jerusalém. Antes de chegar a tal cidade, o Infante atravessa as terras turcas, onde encontra a cidade de Tróia, e tem que fazer reverência ao



“gran turco”. Nessa descrição, ainda não se tem a indicação de que a viagem direcionava-se ao reino do Preste João, pois respondendo Garcirramirez – o faraute conhecedor de todas as linguagens do mundo – ao questionamento sobre de onde eram, diz: “– pobres vassallos del rey de leon de espana: & que era nuestra voluntad de saber todas as partidas del mundo”. Será na passagem pela Babilônia que pela primeira vez a menção ao Preste surge. Mais uma vez após ser interrogado, diz: “– somos pobres compañeros vassallos del rey leon de espana y nuestra voluntad de yr a ver el preste juan delas índias” (SANTISTEBAN, 1962: 7).

Chegando a Jerusalém, D. Pedro visita o santo sepulcro, o rio Jordão, Nazareth, Belém, o castelo de Emaús (SANTISTEBAN, 1962: 11-15), numa espécie de rito de purificação. Acreditamos ser Jerusalém o ponto central da viagem de D. Pedro descrita por Santistéban. Até chegar à cidade santa, a narrativa desloca o Infante pelos territórios cristãos misturando as expedições reais realizadas por D. Pedro com as viagens imaginárias (ZIERER, 2004: 124). Ao chegar à cidade e se aproximar da paixão de Cristo, D. Pedro passa por uma espécie de rito de passagem, ultrapassa uma fronteira.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o rito de passagem é na verdade um rito de instituição. Este pode ser resumido numa fórmula: “Torne-se o que você é” (BOURDIEU, 1996: 102), e ainda traz em si um limite arbitrário e oculto; tal limite em sua essência separa os que são dignos de passarem pelo rito dos que não o são. Esse ato de comunicação faz com que o indivíduo perceba, reconheça e faça reconhecer sua identidade social (BOURDIEU, 1996: 98-101). O que propomos com isso é que ao passar por Jerusalém, a narrativa toma outro rumo; afasta-se dos caminhos concretos e imerge pelos territórios imaginários.

Para chegar aos objetivos de sua viagem, D. Pedro não podia ser simplesmente mais um viajante, ou mesmo mais um viajante nobre; necessitava ser um viajante eleito. A passagem transforma o Infante: de viajante profano torna-se um peregrino herói. Eis o poder da cidade celeste. Jerusalém na narrativa apresenta-se como um lugar de transformação onde o Infante amplia ainda mais a sua singularidade. D. Pedro agora irá seguir uma estrada diferente, pois “as mesmas estradas que se irradiam em torno de



Jerusalém, que levam a todas as outras cidades, a todos os lugares ordinários da humanidade, são as mesmas que, pisadas pelos mesmos viajantes, podem levar aos lugares místicos mais fascinantes” (KAPPLER, 1994: 36). Uma espécie de portal abre-se para nosso viajante na narrativa, seus horizontes modificam-se e o Infante está pronto para buscar o reino de Preste João e o Paraíso Terrestre.

Uma imagem que se repete duas vezes na edição de 1515 traz uma representação de tal transformação sofrida pelo Infante na narrativa.¹ Nessa imagem, têm-se duas pessoas, que por seus trajes e objetos que carregam, podem ser definidas como peregrinos; um jovem e um ancião, caminhando em direção há um edifício amuralhado ao fundo. Provavelmente D. Pedro está representado como o jovem na imagem, sendo seu guia, grande conhecedor do mundo, o ancião. Assim, a chegada do Infante em Jerusalém, local de peregrinação faz com que ele seja representado como um peregrino – aquele que viaja por motivos religiosos e por seu espírito de devoção – (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1993: 13), elementos que sacralizam de certa forma a viagem.

Esta prossegue em direção ao Oriente, e cada viagem ao Oriente é um modo de aproximar-se do Paraíso (KAPPLER, 1994: 35). A Europa do período medieval elaborou diversos horizontes oníricos. Segundo Mollat, o norte e o leste europeu tinham certo “perfume de exotismo” ainda em princípios do século XV (MOLLAT, 1990: 79). O desconhecimento geográfico do leste europeu, das regiões árticas, da África, do hemisfério sul e de tantas outras regiões fazia com que proliferassem diversas lendas sobre tais regiões. Dentre estas, temos o Oriente, local especial dos mitos medievais, aparecendo como um dos principais horizontes oníricos. As fontes helenístico-latinas e de descrições lendárias formaram a mentalidade ocidental sobre o oriente índico. O mito indiano sofrerá diversos acréscimos durante a Idade Média, e uma delas será o de Preste João, que em 1164 teria enviado uma carta ao imperador bizantino (LE GOFF, 1980: 269). O Oriente é na Baixa Idade Média um sonho cristão. Esse sonho que está presente na narrativa de viagem do Infante D. Pedro. Num contexto marcado pela reorganização dos árabes pelos Turco-Otomanos, o sonho cristão espera encontrar nas costas do

¹ Imagem 1, reproduzida ao final do texto.



oceano Índico, uma cristandade perdida que espera pelos irmãos do ocidente. Será esse sonho que gerará Preste João.

Muitas provações se apresentam para o decidido Infante em seu caminho. Para chegar a seu objetivo o percurso será muito perigoso. Esta é a descrição da sua passagem pelas terras do Egito:

E llegamos ala ciudad de Perona: & fuemos a fazer reuerencia al rey. & dixo noi que dixessemos la verdad que si entre nos yua algun rey: o príncipe o señor poderoso: & deximos que antes éramos vassalos del rey leon de espana: & que nuestra voluntad era de yr a ver el monte Sinay. E dixo nos que no deziamos verdad que no podia ser que cada vno yua por si. E mando nos echar presos: & tuuo quarenta dias presos: & cada dia nos fazia preguntar que dixessemos la verdad: que mas nos valdria que padecer muerte (SANTISTEBAN, 1962: 21-23).

Libertos da prisão D. Pedro e seus seguidores partem em direção ao Monte Sinai, antes passando pelas cidades da “Arábia & sabba”. Nelas encontram homens com corpo de humano e com a cara de cachorro, e mais uma vez são presos por suspeita de haver entre eles algum rei ou filho de rei (SANTISTEBAN, 1962: 30). Esta é a segunda vez na narrativa que o Infante é preso, e tal prisão acontece mais uma vez em terras não cristãs; mas é interessante notar que as mesmas ocorrem após o objetivo de encontrar o Preste João ter sido mencionado, logo parece que tais prisões são uma forma de impedir que um rei ou príncipe cristão chegue às terras do Preste e possa estabelecer a tão sonhada unidade entre Ocidente e Oriente.

Uma nova prisão mais perigosa acorrerá ao Infante antes que alcance a terra das amazonas. São as terras do Roboan mouro que os prenderá por serem vassalos do rei de Leão, o qual afligia o rei de Granada. Após dez semanas serão soltos da prisão, e partem da cidade. O percurso prosseguirá pelo território das amazonas, alcançando, posteriormente, os povos judeus da tribo de Benjamim na Cananéia, em mais uma nítida influência da geografia bíblica sobre as narrativas de viagens. Interessante desse encontro é o fato dele ser representado como excêntrico:



E desde nos vieron los judios de Cananea: los cuales son del tribu de Benjamin salieron a nos fuera dela ciudad & dixeron nos que de donde eramos & porque andauamos sin licencia por alli: que desde el mundo es mundo y el que se llama Jesu de Nazared fue crucificado en Hierusalem nunca generacion de poniente fue vista em la nuestra prouincia: sino agora vosotros (SANTISTEBAN, 1962: 41-42).

Finalmente D. Pedro consegue chegar ao reino de Preste João. Eis a descrição desse encontro:

E faziendo la reuerencia don pedro las rodillas hincadas delante del preste Juan diole paz: y beso las manos a su muger: & diole paz. y esso mesmo a su hijo del preste juan que era emperador dela tierra de galdras. Y [despues de fecho esto] saco don pedro las cartas que lleuaua del rey de castilla [su tio]. & puso las encima de su cabeça. & finco las rodillas delante del preste juan: y el preste inclino se contra ellas & tomo las en las manos & mando al rey del aluin que las leyesse y leydas las dichas cartas: mando el preste Juan a don Pedro que se assentasse a su mesa entre la muger & su hijo encima de todos los reyes que comian a su mesa quatorze reyes (SANTISTEBAN, 1962: 44).

Após as devidas reverências, o Infante entra em contato com a dinâmica do Reino Perfeito, conhecendo os procedimentos de eleição do Preste João. O desejo de partir se faz presente e o Infante pede permissão ao Preste. Este, o adverte, pois os povos que habitam os arredores de suas terras são os filhos do anticristo. D. Pedro segue viagem e alcança as cercanias do Paraíso Terrestre, vendo os quatro rios descritos no Velho Testamento: Tigres, Eufrates, Gion e Fison; sendo impedido de prosseguir pelos ditos povos (SANTISTEBAN, 1962: 48-49).

Encontrar o caminho certo para tal Reino Perfeito coloca D. Pedro como leigo escolhido (ZIERER, 2004: 125). Trata-se de um privilégio chegar a tais lugares. D. Pedro ao conseguir esse feito, confirma-se como escolhido e como um ilustre viajante. Nem mesmo Mandeville – talvez o grande viajante da Idade Média – pôde chegar aos arredores do Paraíso Terrestre, e assim, como muitos outros viajantes medievais, só ofereceu relatos de “ouvir dizer” (KAPPLER, 1994: 121-122).



Voltando dos arredores do Paraíso Terrestre, D. Pedro retorna à presença do Preste para finalmente se despedir. Dessa despedida leva consigo uma Carta do Preste aos reis do ocidente, na qual se conta as coisas das Índias. Nesta descreve as suas possessões, seus exércitos, os castelos, num relato repleto de elementos do maravilhoso medieval (SANTISTEBAN, 1962: 51-55).

As últimas palavras dessa singela narrativa nos dizem que o Infante chega a Castela.

UM EMBAIXADOR

A representação do Infante no texto pauta-se por dois modelos enraizados na cultura ocidental: o peregrino e o cavaleiro andante. A alusão ao primeiro se dá nas descrições das chegadas aos centros de peregrinação – como Jerusalém e o Monte Sinai – sendo reforçada pela imagem agregada ao texto na edição de 1515. Por sua vez, as referências à demanda cavaleiresca estão presentes, fazendo com que o Infante se encontre consigo mesmo ao longo da narrativa. De fato, não pode ser tomado por cavaleiro pelos fatos que são descritos no texto, e sim por ter saído de sua terra com o intuito de alcançar o desconhecido, num ato de errância. A imagem de D. Pedro como cavaleiro parece ser reforçada, ou até mesmo, consolidada, no século XVI/XVII, como se percebe nas capas das edições de 1563, 1622, e 1623.²

De acordo com Garcia de Cortazar, a peregrinação pode ser vista como um elemento de uniformização dos peregrinos em vista de seus objetivos de viagem, todavia, para a massa dos demais viajantes, propõe que sejam distinguidos em três grandes grupos: os viajantes de ida e volta; os viajantes de ida; e os viajantes de todas e nenhuma parte (GARCIA DE CORTAZAR, 1993: 18-19). No primeiro grupo encontram-se os reis e grandes senhores – os viajantes melhor documentados –, os embaixadores e mensageiros, mercadores e pastores, e estudantes. Estes saem de um lugar, chegam a outro, cumprem seus objetivos, e regressam ao ponto de partida.

² Imagens 2, 3 e 4, respectivamente, reproduzidas ao final do texto.



Em vias de concluir este trabalho, ficamos com a proposta acerca do primeiro grupo. Os viajantes que podem ser inseridos nela têm objetivos claros ao implementar uma viagem, eles vão a algum(s) lugar(s) e retornam ao ponto de partida. No relato mítico de suas viagens, D. Pedro é recepcionado nas cidades e reinos de forma destacada, refletindo-se nesses fatos a distinção social do mesmo enquanto viajante. Antes de ser um peregrino ou cavaleiro andante na narrativa o Infante é um nobre, e por esse estatuto social que leva consigo, tem direito a diversos privilégios ao longo da narrativa. Tais fatos permitem colocar D. Pedro como uma espécie de embaixador – viajante que representava o reino junto a outro – ocidental perante o Reino do Preste João.

A estadia de D. Pedro junto a tal rei é marcada por dois interesses: o de chegar às imediações do paraíso terrestre e o de conhecer a estrutura e a administração do reino. Relacionado a este segundo intuito, o qual não apresenta características religiosas, está a observação da força militar do Preste, a entrega de um carta enviada pelo rei de Castela e a aquisição de uma nova carta que o Infante leva consigo ao retornar. Tal descrição permite que D. Pedro seja visto como embaixador, visto que leva uma mensagem, negocia – possivelmente a aliança entre o Ocidente e o reino oriental – e regressa com a resposta.

CONCLUSÃO

Concluimos que o Infante apresenta-se na narrativa com uma função diplomática, visando estabelecer contatos entre os reinos ibéricos, desde o mítico reino de Leão de Espanha, passando, em grande medida, pela presença de Castela no texto, e de forma secundária, o reino de Portugal. Eis o desfecho da viagem: D. Pedro alcança o reino perfeito levando consigo uma carta endereçada ao poderoso rei cristão das Índias, e retorna com outra carta, a qual versa sobre as possibilidades de efetuar-se a tão sonhada unidade entre o ocidente e oriente. Por sua posição social, que se reafirma ao longo da narrativa, temos que o Infante é antes de tudo um nobre, exercendo uma função diplomática na busca do reino de Preste João.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:



- CORREIA, Margarida Sérvulo. 2000. *As viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva.
- FARIA, Francisco Leite de. 1964. A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens, *Separata da Revista STVDIA*, 13-14.
- GARCIA CORTAZAR, Jose Angel. 1993. El hombre medieval como “Homo Viator”: peregrinos y viajeros. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la. (Coord.). *IV Semana de estudios medievales*. Nájera, 11-30. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554277>
- KAPPLER, Claude. 1994. *Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes.
- LASMARÍAS, Elena Sánchez. 2008. Edición del *Libro del Infante don Pedro de Portugal*, de Gómez de Santisteban, *Memorabilia*, 11, 1-30
- LE GOFF, Jacques. 1980. *Para um novo conceito de idade média. Tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Estampa.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. 2009. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. Monografia de fim de curso, Universidade Federal Fluminense.
- MOLLAT, Michel. 1990. *Los exploradores del siglo XIII al XVI. Primeras miradas sobre nuevos mundos*. México: Fondo de cultura economica.
- ROGERS, Francis M. 1962. Prefácio. In: *Libro Del Infante Don Pedro de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROGERS, Francis M. 1961. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- RUIZ, Carmen Mejía. 1998. El libro del Infante don Pedro de Portugal: estudio crítico y problemas de transmisión, *Revista de Fillogia Romanica*, 15, 215-232.



SÁNCHEZ-ÉLEZ, Maria Victoria Navas. 2005. 'Falsos amigos' y 'verdaderos amigos' en el Livro do Infante D. Pedro de Portugal (1644), *Revista de Filologia Românica*, 22, 59-95.

SANTISTEBAN, Gómez de. 1962. *Libro Del Infante Don Pedro de Portugal*. Prefácio de Francis M. Rogers. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SHARRER, Harvey L. 1976-1977. Evidence of a fifteenth-century Livro Del Infante Don Pedro de Portugal and its relationship to the Alexander cycle, *Journal of Hispanic Philology*, 1, 85-98.

ZIERER, Adriana. 2004. *Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.

ANEXOS:³

Imagem 1



Imagem 2

³ As imagens encontram-se disponíveis em: LASMARÍAS, Elena Sánchez. 2008, 3-8.



Capa da edição de Burgos de 1563.

Imagem 3



Edição de Salamanca, 1622.

Imagem 4



Edição de Valladolid, 1623.